

INSTITUTO	
Documentação	
Fonte	09/06/97
Data	14/11/97 Pg 23
Class.	55

Desmatamento continua fora de controle no estado

Estudo mostra que entre 95 e 97 foi derrubada na Mata Atlântica uma área equivalente a 4 Bêlgicas

Eric Brücher Camara

• O alerta disparado em 95, quando o Rio foi apontado como o campeão da derrubada de Mata Atlântica em todo o país, não surtiu o efeito esperado. De acordo com estudo realizado entre 95 e 97 e divulgado ontem pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Sócio Ambiental (ISA), a situação continua fora de controle no estado, já que o índice de desmatamento ainda está acima da média do país. De 90 a 97, na região metropolitana (Grande Rio) em Volta Redonda foram desmatados 15.684 hectares, o equivalente a mais de quatro Bêlgicas.

Dados sobre devastação irritam presidente do IEF

Os dados, obtidos pela análise de imagens do satélite TM/Landsat na escala de 1:250.000, fornecidos pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), foram apresentados ontem em audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), com a participação de ambientalistas e políticos.

— Mais uma vez, verificamos uma situação de absoluto descontrole que está crescendo exponencialmente. O Rio é um estado que desmata com total impunidade — afirmou o biólogo João Paulo Ribeiro Capobianco, secretário-executivo do ISA e coordenador-geral do projeto de mapeamento.

O prefeito de Trajano de Moraes, Eduardo Galil, duvidou dos resultados apresentados. Ele chegou a apostar as suas propriedades, e até o mandato, caso o desmatamento de seu município tenha sido maior que cem hectares. Outro que ficou irritado foi o presidente do Instituto Estadual de Florestas (IEF), César Werneck,

que disse não ter sido consultado antes da publicação da pesquisa e contestou os dados.

— Duvido que tudo isso tenha sido desmatado porque a escala utilizada é sujeita a erros de aproximação — afirmou Werneck, que anunciou para o próximo ano a instalação um centro de monitoramento de imagens de satélite, na escala de 1:50.000.

Mas, enquanto a base de dados que custará US\$ 660 mil não entra em funcionamento, o IEF continuará a enfrentar o desmatamento galopante por terra com os seus 20 fiscais. Já o Ibama, segundo a superintendente regional, Thaís Salmito, pretende aproveitar o estudo das ONGs no planejamento de suas ações de fiscalização para tirar o estado da constrangedora primeira colocação.

— A intenção é trabalhar de forma articulada com as ONGs — disse Thaís Salmito.

De acordo com o deputado Carlos Minc, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Alerj, essa será também a tônica do Governo Garotinho, que deverá criar um Conselho de Meio Ambiente reunindo todas as autoridades da área para que finalmente haja fiscalização integrada. Minc anunciou também a aprovação na Alerj da lei da taxa florestal, que cobrará um percentual sobre o volume de madeira produzido pelas madeireiras.

— Além disso, até o fim do ano acredito que a assembléia aprove a lei dos *royalties* ecológicos, que destinará uma porcentagem do ICMS aos municípios que preservarem mais — contou.

O deputado Carlos Minc apresentou também um estudo em que relaciona a incidência dos casos de leishmaniose e malária no Estado do Rio com as zonas de desmatamento. ■